

A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO LITORAL SUL CATARINENSE E AS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO SUCESSÓRIO

YOUTH PARTICIPATION IN SMALL-SCALE AGROINDUSTRY IN SOUTH SANTA CATARINA STATE AND ITS IMPLICATIONS IN SUCCESSORY PROCESS

Clarissa de Quadros¹, Valmir Luiz Stropasolas²,
Paola Beatriz May Rebollar³

Resumo: É crescente a migração dos jovens do meio rural e a ausência de sucessores nas unidades familiares. As agroindústrias familiares podem ser uma estratégia para possibilitar a permanência destes jovens. Este trabalho teve como objetivo analisar a participação dos jovens rurais nas agroindústrias e o efeito gerado na sucessão. Foram analisados: o grau de satisfação dos jovens com as atividades desempenhadas nas agroindústrias, a autonomia, a remuneração pelo serviço prestado e o envolvimento na tomada de decisão. O trabalho foi realizado em sete municípios, Grão Pará, Imaruí, São Ludgero, São Martinho, Santa Rosa de Lima, Treze de Maio e Tubarão com jovens entre 15 e 24 anos. A pesquisa foi fundamentada em métodos qualitativos, adotando como estratégia os casos múltiplos. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os jovens e com os pais dos jovens envolvidos com agroindústrias familiares de diferentes ramos. Os resultados apontaram que a permanência dos jovens e sucessão da unidade familiar depende do grau de participação e da satisfação, motivação, autonomia e remuneração. Foi verificada diferenças entre gênero e faixa etária. Jovens entre 15-19 anos estavam indecisos ou não pretendiam permanecer na propriedade buscando outros projetos de vida. Ao contrário, os jovens entre 20-24 anos pretendiam permanecer e

suceder seus pais. A transição do processo sucessório precisa ser englobada nas políticas públicas.

Palavras-chave: Agroindústrias familiares. Jovens. Permanência. Sucessão geracional.

Abstract: There is a growing migration of rural youth and the lack of successors in family units. Family agroindustry can be a strategy to allow the permanence of these young people. This study aimed to analyze the participation of young people in rural family agroindustry and the effect generated in succession. Were: the degree of satisfaction of young people with the activities performed in agricultural industry, autonomy, compensation for their service and involvement in decision making. The study was conducted in seven counties, Grão Pará, Imaruí, São Ludgero, São Martinho, Santa Rosa de Lima, Treze de Maio and Tubarão with youths between 15 and 24 years. The research was based on qualitative methods, adopting the strategy as multiple cases. To collect data were semi-structured interviews with young people and parents of young people involved in family agroindustry from different branches. The results showed that staying young and succession of the family unit depends on the degree of participation and satisfaction, motivation, autonomy and remuneration. Difference was found between gender and age. Youth ages 15-19 were undecided or did not intend to stay in the property looking for other life projects. Instead, young people between 20-24 years wanted to stay and succeed their parents. The transition of the succession process needs to be subsumed into public policies.

Keywords: Familiar agroindustry. Youth. Permanence, Succession.

Introdução

A continuidade das atividades agrícolas entre as sucessivas gerações modificou-se, acabando a naturalidade que existia entre o destino da unidade de produção e o destino dos membros da família (MELLO *et al.*, 2003). Além disso, a significativa redução do número de filhos e as mudanças nas relações familiares têm possibilitado aos jovens buscar alternativas individualizadas (BRUMER, 2007).

De acordo com o Levantamento Agropecuário Catarinense (LAC/CEPA, 2002/2003), 28,5% dos estabelecimentos familiares pesquisados em Santa Catarina são propriedades agrícolas sem sucessores. Atrelado a isto, estudos revelam que os principais problemas sociais relacionados a esse grupo referem-se aos elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades, implicando no envelhecimento e masculinização das populações rurais (STROPASOLAS, 2006; BRUMER; ANJOS, 2008). Este fenômeno associado à descapitalização das propriedades e problemas estruturais não resolvidos (concentração de terras, precariedade educacional, conflitos entre gerações, submissão dos jovens e mulheres à figura paterna) estão pondo em risco a reprodução do modelo familiar de agricultura.

Uma alternativa para este cenário está no aperfeiçoamento de sistemas tradicionais da agricultura familiar por meio do estabelecimento de agroindústrias familiares. Para Mior (2003, p. 178), a agroindústria familiar rural é “[...] uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização.” Outros aspectos também caracterizam a agroindústria familiar, entre eles: a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores, procedência própria da matéria prima ou de vizinhos, processos artesanais próprios, além da mão

de obra dos membros da família. Além disso, as agroindústrias podem ser um empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não.

Estes pequenos empreendimentos acabam gerando postos de trabalho com grande participação de mulheres e jovens, aumentando a renda das famílias agricultoras, além de possibilitar a agregação de valor aos produtos agrícolas (PETTAN, 2005). Conforme a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI, 2010), a atividade envolve cerca de cinco a seis pessoas por empreendimento com faturamento estimado em mais de R\$ 200 milhões por ano.

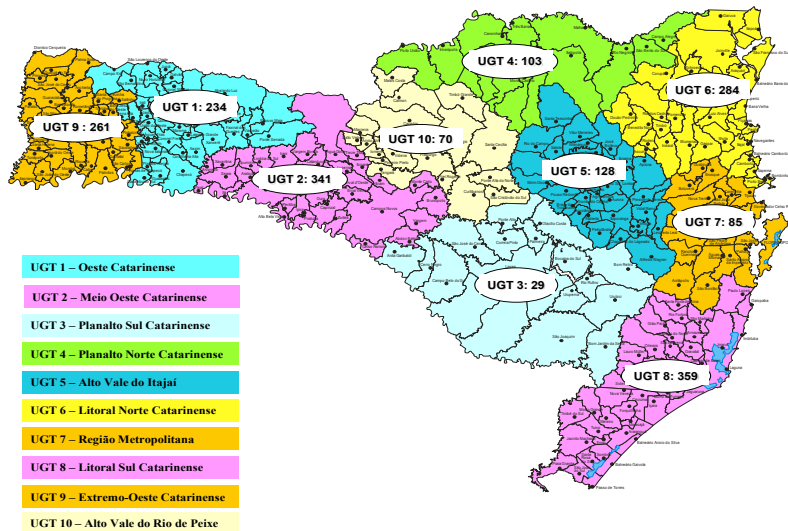
É, nesse sentido, que as agroindústrias familiares estão se apresentando como uma importante estratégia de reprodução social, pois permitem a permanência dos agricultores e de suas famílias no meio rural, assim como o envolvimento de todos os membros da unidade familiar nos processos produtivos (SPANVELLO; LAGO, 2008). Diante deste quadro, esta pesquisa fundamentou-se na seguinte questão: em que medida a participação dos jovens nas agroindústrias familiares influencia na sua permanência no meio rural e na sucessão geracional no âmbito familiar? Desse modo, o presente estudo teve como objetivo analisar a participação dos jovens rurais em todas as atividades realizadas nas agroindústrias, desde a produção da matéria-prima, beneficiamento, comercialização dos produtos e administração do empreendimento; buscando compreender se a implantação das agroindústrias familiares influencia na permanência dos jovens no meio rural e posterior sucessão nos estabelecimentos.

Método de Pesquisa

Para a realização desta pesquisa foi consultado o levantamento de dados das agroindústrias familiares de Santa Catarina (EPA-

GRI/CEPA, 2011). Foi adotada a divisão geográfica em Unidades de Gestão Técnica (UGT), utilizada no referido levantamento como espaço territorial contíguo, com características semelhantes no que se refere aos aspectos agroecológicos, políticos e socioeconômicos. A divisão geográfica em Unidades de Gestão Técnica (UGT) de Santa Catarina pode ser vista na Figura 1, a seguir. Foram analisados os municípios de Grão Pará, Imaruí, São Ludgero, São Martinho, Santa Rosa de Lima, Treze de Maio e Tubarão pertencentes a UGT 8 – Litoral Sul Catarinense porque apresentavam: i) maior quantidade de agroindústrias por município; e ii) presença de jovens com faixa etária entre 15 e 24 anos, de ambos os sexos e que permaneceram nas propriedades trabalhando nas agroindústrias familiares. No total, 19 agroindústrias familiares de diferentes ramos foram visitadas.

Figura 1 – Distribuição das Unidades de Gestão Técnica (UGT/Epagri)



Fonte: Epagri/Cepa (2011).

A estratégia metodológica da pesquisa foi fundamentada no estudo de casos múltiplos (agroindústrias e municípios) visando abordar de forma qualitativa a problemática da pesquisa.

O trabalho de campo foi dividido em duas etapas: a primeira etapa foi em abril de 2011 nos municípios de Tubarão, Treze de Maio e São Martinho. Enquanto a segunda etapa foi realizada em maio de 2011, nos municípios de São Ludgero, Grão Pará, Imaruí e Santa Rosa de Lima.

Como instrumento para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os pais e, posteriormente, com os jovens. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas por meio de um roteiro composto por questões previamente estabelecidas e formuladas com base nas questões que seriam investigadas. Foram realizadas 16 entrevistas com pais e 21 com jovens. A amostragem representa aproximadamente 15% do universo de jovens existentes nas agroindústrias familiares da região delimitada para este estudo. Para não ocorrer interferência nas respostas, as entrevistas num primeiro momento eram realizadas com os pais dos jovens, e posteriormente com os jovens. Todas as entrevistas foram gravadas com consentimento dos entrevistados.

A análise dos resultados foi realizada com o apoio dos *softwares* Sphynx e Excel.

Etapas da agroindustrialização: aspectos analisados

Conforme Mior (2003), foram estabelecidas quatro etapas principais: i) produção da matéria-prima; ii) beneficiamento; iii) comercialização; e iv) administração do empreendimento.

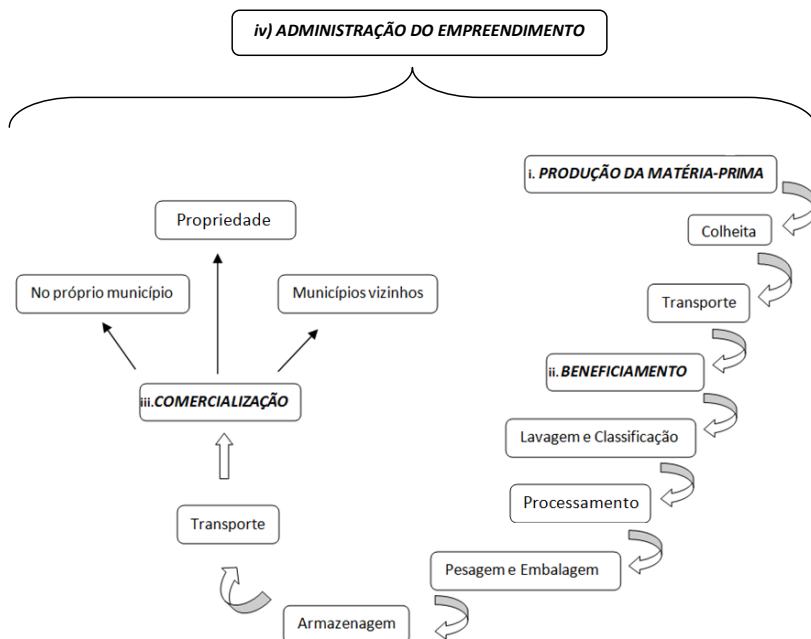
As etapas “i) produção da matéria-prima” e “ii) beneficiamento” apresentam etapas intermediárias – colheita, transporte, pesagem etc. – que variam de acordo com o produto beneficiado. Por

exemplo, se para o beneficiamento de farinha de mandioca a etapa de produção da matéria-prima implica na plantação, colheita e transporte; na produção dos panificados esta etapa pode ser considerada parcial, pois parte da matéria-prima utilizada como aipim e banana para fazer pães e cucas são de procedência própria enquanto a farinha de trigo é comprada (ingrediente terceirizado). Para facilitar a tabulação de dados, incluímos também o carregamento de suínos para o abatedouro na etapa “i) produção da matéria-prima”, pois como os suínos eram comprados de vizinhos ou parentes era também necessária a ajuda de quem trabalhava nas agroindústrias no momento do carregamento. Deste modo, a seqüência das etapas principais e intermediárias está diretamente relacionada aos produtos beneficiados.

Em relação à etapa “iii) comercialização”, os produtos eram comercializados principalmente para mercados dos municípios vizinhos ou no próprio município. No caso das agroindústrias de mel e melado orgânico localizadas no município de Santa Rosa de Lima a Agreco ficava responsável por fazer a distribuição e comercialização dos produtos. Era também muito comum o deslocamento dos próprios vizinhos da comunidade ir até a propriedade atrás do produto. Portanto, observou-se que as agroindústrias familiares privilegiam a venda direta aos consumidores, nas feiras e ao comércio nos supermercados.

A etapa “iv) administração do empreendimento” é caracterizada aqui como a que envolve todas as outras etapas do ciclo de agroindustrialização. No caso, a pessoa é responsável por fazer desde o contato com fornecedores e compradores, fazer orçamentos ou ainda tomar as decisões necessárias para o pleno funcionamento dos processos na agroindústria. Para Vieira (1998), pelo fato das agroindústrias familiares produzirem em pequena escala e disporem de poucos recursos, são os próprios responsáveis que ficam encarregados pela administração. As etapas do ciclo de agroindustrialização podem ser observadas na figura 2, a seguir.

Figura 2 – Etapas do processo de agroindustrialização



A partir dessa perspectiva, analisamos a participação dos jovens nas agroindústrias familiares por meio de cinco aspectos: divisão por gênero no trabalho nas etapas de agroindustrialização, grau de satisfação, autonomia, remuneração pelo serviço prestado e envolvimento na tomada de decisão. Os aspectos foram analisados separadamente, mas agem em conjunto, constituindo-se em condicionantes importantes, que influenciam os jovens de forma decisiva nas suas escolhas entre permanecer ou sair do meio rural. Estes condicionantes acabam tendo implicações diretas nas definições em torno do processo sucessório.

Resultados e Discussão

O trabalho dos jovens nas agroindústrias familiares

Em todas as 19 agroindústrias visitadas é expressiva a participação dos jovens nas etapas de agroindustrialização. Para analisar o trabalho dos jovens nas atividades desenvolvidas nas agroindústrias, procurou-se identificar em qual(is) etapa(s) eles participavam com mais intensidade tendo como recorte o gênero.

A intensidade foi observada por intermédio da quantidade de dias e horas por semana, além dos finais de semana dedicados pelos jovens nas agroindústrias. Observou-se que a intensidade com que os jovens trabalham na agroindústria também está relacionada com a faixa etária. Desta forma, jovens que tinham entre 15-19 anos geralmente trabalhavam de 3 a 4 dias por semana, dedicando-se no período que não estavam na escola. Enquanto jovens entre 20-24 anos dedicavam-se ao trabalho na agroindústria integralmente. Nas entrevistas foram previstas respostas múltiplas tabuladas de acordo com o número de citações correspondentes a cada etapa (tabela 1).

Tabela 1 – Participação dos jovens no trabalho desenvolvido nas agroindústrias

Participação dos jovens	Rapazes citações*	%	Moças citações*	%
produção da matéria-prima	10	34	3	17
ii) beneficiamento	11	38	7	39
iii) comercialização	7	24	5	27
iv) administração	1	4	3	17
Total n. citações	29	100	18	100

* Entrevista com 13 rapazes e oito moças.

Na etapa “i) produção da matéria-prima” constatou-se maior envolvimento dos rapazes do que das moças, com dez (34%) e três citações (17%), respectivamente. Essa diferença deve-se ao fato que as tarefas mais pesadas como preparar a terra, cortar a cana e carregar suínos para o abatedouro são realizadas principalmente pelos rapazes. Atividades como o plantio, a capina e a colheita são compartilhadas por ambos. No entanto, geralmente quando as moças participam desta etapa o seu tempo de dedicação é menor, pois precisavam ajudar suas mães nos serviços domésticos.

Na etapa “ii) beneficiamento” tanto os rapazes quanto as moças participavam ativamente. Isto correspondeu a 11 citações (38%) por parte dos rapazes e sete citações (39%) das moças.

O mesmo envolvimento pode ser verificado na etapa “iii) comercialização”, com sete citações (24%) dos rapazes e cinco citações (27%). Nota-se que apesar do menor número de moças entrevistadas elas estão mais envolvidas nesta etapa do que os rapazes. As moças geralmente demonstravam se identificar mais com esta etapa. O modo como os jovens estão inseridos nesta etapa dependerá da forma da comercialização.

Na etapa “iv) administração do empreendimento” pode ser observado menor participação dos jovens, com apenas uma citação (4%) dos rapazes e três citações (17%) das moças. No entanto, a partir do recorte de gênero é possível perceber maior participação das moças.

Assim, como observou Mior (2008), esse estudo também constatou que a participação e divisão de tarefas pelos jovens nas agroindústrias estão diretamente relacionadas à sua aptidão com o trabalho desempenhado por eles. Embora, muitas vezes devido a pouca mão de obra e a demanda de trabalho existente os jovens tenham que participar de etapas que não gostariam de fazer. Durante as entrevistas quando questionados a respeito da afinidade com o trabalho desenvolvido nas agroindústrias,

muitos jovens responderam estar envolvidos desde crianças. Para Stropasolas (2006), a participação das crianças depende de fatores como a disponibilidade de terras, mão de obra e das condições econômicas das famílias.

Segundo Boni (2005), apesar de nas agroindústrias não existir uma disparidade muito grande em relação ao trabalho de homens e mulheres, os serviços domésticos continuam predominando como responsabilidade da mulher. Para Wanderley (2007), a participação dos filhos nas atividades das propriedades é influenciada pelo sexo dos envolvidos. Considerando a distinção entre o trabalho na roça e na casa prevalece ainda uma divisão tradicional do trabalho, onde os rapazes estão ausentes nos serviços domésticos, enquanto a maioria das moças realiza a dupla jornada de cuidar da casa e trabalhar na propriedade. Este fato foi comprovado nesta pesquisa, onde as moças sempre ajudavam suas mães a limpar a casa, fazer comida etc.

Já a etapa “iv) administração do empreendimento” é uma função que exige extrema responsabilidade, atenção e paciência, pois tem que se fazer orçamentos, entrar em contato com fornecedores e negociar preços. Nos três casos em que as moças estavam envolvidas, uma relatou que estava nesta função porque, além de ser mais interessada, “era mais estudada que os irmãos”; e as outras duas relataram ter mais afinidade e interesse nesta etapa por não exigir esforço físico. É evidente que esta etapa é onde os jovens encontram-se menos envolvidos, podendo ser explicado pelo que Weisheimer (2009) aponta como posições ocupadas na hierarquia familiar. Para o autor, o pai (chefe da família) assume a responsabilidade pela condução das atividades administrativas sendo o único, por exemplo, a fazer financiamento ou acessar o crédito agrícola. Nestes casos, os jovens encontram-se distantes destas atividades e são subordinados ocupando posições mais baixas na hierarquia familiar enquanto residirem com seus pais. Ainda, como já foi explanado anteriormente, Boni (2006)

salienta que apesar desses trabalhos serem desempenhados por todos os membros da unidades familiar, principalmente por jovens e mulheres na industrialização (beneficiamento), o gerenciamento da renda e gestão do empreendimento é realizado pelo homem (chefe da família), mantendo-se quase intactas as tradições patriarcais.

O Grau de satisfação dos jovens com o trabalho na agroindústria

Para analisar o grau de satisfação dos jovens no trabalho desempenhado nas agroindústrias, foram estabelecidos dois níveis – “Satisfeito” e “Insatisfeito” – para cada uma das quatro etapas definidas: i) produção da matéria-prima; ii) beneficiamento; iii) comercialização; e iv) administração do empreendimento. Como geralmente os jovens não participavam de todas as etapas, incluímos a opção “Não está envolvido” (tabela 2).

Tabela 2: Distribuição percentual do grau de satisfação dos jovens entrevistados

Etapas	i. Produção da matéria-prima				ii. Beneficiamento				iii. Comercialização				iv. Administração do empreendimento			
	Rapazes		Moças		Rapazes		Moças		Rapazes		Moças		Rapazes		Moças	
Grau de satisfação	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%
<i>Satisfeito</i>	5	38	1	12	8	62	3	38	6	46	4	50	1	8	3	38
<i>Insatisfeito</i>	4	31	2	25	3	23	3	38	1	8	1	12	0	0	0	0
<i>Não está envolvido</i>	4	31	5	63	2	15	2	25	6	46	3	38	12	92	5	63
Total	13	100	8	100	13	100	8	100	13	100	8	100	13	100	8	100

De acordo com os dados obtidos, na etapa “i) produção da matéria-prima” praticamente metade dos rapazes demonstraram estar insatisfeitos. Portanto, dos 13 rapazes entrevistados, cinco (38%) estavam satisfeitos, quatro (31%) insatisfeitos e quatro (31%) não estavam envolvidos. Como já foi sinalizado, nesta etapa há menor participação das moças. Das oito moças entrevistadas, apenas uma moça (12%) respondeu estar satisfeita, duas (25%) insatisfeitas e cinco (63%) não estavam envolvidas. A insatisfação dos jovens nesta etapa está diretamente relacionada ao esforço físico necessário e demanda de trabalho para obtenção da matéria-prima utilizada nas agroindústrias.

Em relação ao grau de satisfação na etapa “ii) beneficiamento”, predomina jovens que estão mais satisfeitos. Desta forma, enquanto oito rapazes (62%) demonstraram estar satisfeitos, apenas três moças (38%) responderam o mesmo.

Quanto ao grau de satisfação na etapa “iii) comercialização”, pode-se observar que tanto os rapazes como as moças demonstraram-se satisfeitos. Neste caso, seis rapazes (46%) e quatro moças (50%). O contato com o público consumidor dos produtos foi citado como motivo de satisfação. O nível de insatisfação é menor para ambos, onde apenas um rapaz (8%) e uma moça (12%) encontravam-se insatisfeitos.

Ao analisarmos o grau de satisfação relativo a etapa “iv) administração do empreendimento”, é unânime a satisfação dos jovens que estão envolvidos. Embora haja menor participação dos mesmos. Portanto, um rapaz (8%) e três moças (37%) demonstraram-se estar satisfeitos nesta etapa. Destes jovens, três tinham entre 20-24 anos e um tinha entre 15-19 anos. Nestes casos, a satisfação deve-se a confiança depositada dos pais ao trabalho dos jovens que sentem-se valorizados. Nas agroindústrias, os jovens envolvidos na administração compreendem que estão num patamar acima e tem mais responsabilidades para o sucesso do pequeno empreendimento.

Torna-se evidente que as etapas têm grande influência sobre o nível de satisfação dos jovens, pois determinam se o trabalho exigirá mais como na produção da matéria-prima e beneficiamento ou será mais “tranquilo” como na comercialização. Nas agroindústrias de melado e cachaça, por exemplo, o trabalho é mais árduo devido ao corte da cana-de-açúcar, e, geralmente, os jovens demonstravam insatisfação. Enquanto na comercialização, o grau de satisfação era maior.

É perceptível diante das entrevistas que os jovens entre 15-19 anos estavam mais desestimulados, sendo direcionados por seus pais a trabalharem nas agroindústrias, ou como muitos relatavam “ajudar” porque se sentiam na obrigação. De fato, os pais não criam expectativas em cima dos jovens adolescentes nas agroindústrias, tratando-os como simples mão de obra e não dando apoio necessário para que se sintam responsáveis naquilo que trabalham. Isto acaba por ocasionar certa indecisão nos jovens, no sentido entre ficar ou sair da propriedade, além de gerar insatisfação. Já os jovens entre 20-24 anos já estão muito mais envolvidos com o trabalho nas agroindústrias, se sentem responsáveis pela continuidade e sucesso do pequeno empreendimento. No geral, estão bem satisfeitos e têm mais afinidade com as atividades que desempenham.

Para Weisheimer (2009), as opiniões de desagrado ao trabalho agrícola manifestada pelos jovens adolescentes estão relacionadas ao menor acesso aos recursos materiais e a baixa autonomia. Ainda conforme o autor, este grupo realiza as tarefas menos valorizadas na unidade produtiva. Ao transpormos esta situação para o trabalho nas agroindústrias, verifica-se o maior envolvimento destes jovens nas etapas “i) produção de matéria-prima” e “ii) beneficiamento”, que exigem uma grande demanda de mão de obra “braçal”. Nas etapas “iii) comercialização” e “iv) administração do empreendimento”, consideradas mais valorizadas, há menor envolvimento destes jovens.

Na pesquisa realizada por Aguiar e Stropasolas (2010) em comunidades rurais do estado de Santa Catarina, os autores constataram que a característica do trabalho na agricultura é considerada como desestímulo para a permanência dos jovens no meio rural, sobretudo, das moças. Conforme os autores, o atributo “pesado” caracterizado pelos jovens ao trabalho agrícola tem diversos significados. No planalto catarinense, o “pesado” refere-se ao esforço físico exigido no cultivo do fumo. Enquanto na região oeste, onde a agricultura já seria um pouco mais tecnificada, a “penosidade” para os jovens seria “um trabalho que não dá folga”. Segundo Weisheimer (2009), esta tomada de posição dos jovens adolescentes em relação ao trabalho familiar agrícola é coerente com a posição de subordinação que ocupam e os papéis que desempenham nos estabelecimentos de suas famílias.

Autonomia

O aspecto autonomia também foi verificado nesta pesquisa. Weisheimer (2009, p. 154) utiliza o termo autonomia para “[...] descrever situações onde o sujeito é capaz de especificar as suas próprias regras, ou orientar-se pelo que é adequado para ele.” A autonomia é compreendida aqui como a capacidade que os jovens têm de tomar decisões imediatas diante de problemas operacionais relativos às atividades que desempenham nas agroindústrias. Este aspecto poderá também estar relacionado com a liberdade do jovem opinar ou sugerir ideias nas atividades que estão mais envolvidos ou mesmo na agroindústria como um todo.

Desta forma, para o aspecto autonomia foram estabelecidas quatro opções: “Decide”; “Opina mais”; “Opina menos”; “Não Opina” – de acordo com as quatro etapas: “i) produção da

matéria-prima”; “ii) beneficiamento”; “iii) comercialização”; e “iv) administração do empreendimento” (tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição percentual da autonomia dos jovens entrevistados nas agroindústrias familiares

Etapas	i. Produção da matéria-prima				ii. Beneficiamento				iii. Comercialização				iv. Administração do empreendimento			
	Rapazes		Moças		Rapazes		Moças		Rapazes		Moças		Rapazes		Moças	
	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%
Decide	1	8	1	12	1	8	2	25	2	15	2	25	1	8	2	26
Opina mais	5	38	2	25	6	46	1	12	4	32	2	25	2	15	1	12
Opina menos	4	31	0	0	3	23	2	25	2	15	1	12	3	23	1	12
Não Opina	3	23	5	63	3	23	3	38	5	38	3	38	7	54	4	50
Total	13	100	8	100	13	100	8	100	13	100	8	100	13	100	8	100

Conforme os dados obtidos, na etapa “i) produção da matéria-prima” os rapazes demonstraram ter mais autonomia. Deste modo, dos 13 rapazes entrevistados, cinco (38%) responderam opinar mais e quatro (31%) opinam menos. Em decorrência do menor envolvimento das moças nesta etapa, das oito entrevistadas apenas duas (25%) responderam opinar mais, enquanto a maioria cinco (63%) não opina.

Na etapa “ii) beneficiamento”, apesar de duas moças (25%) e um rapaz (8%) terem respondido que decidem, o que predomina é a maior autonomia dos rapazes, onde seis (46%) responderam opinar mais. Enquanto duas moças (25%) opinam menos e três (38%) não opinam.

No que se refere à etapa “iii) comercialização”, das oito moças entrevistadas, duas (25%) responderam que decidem, e a maioria, três (38%), não opina. Enquanto dos 13 rapazes, quatro (32%) responderam opinar mais. Ainda de acordo com os dados obtidos, pode-se observar que os rapazes opinam mais do que

as moças, embora seja perceptível que os jovens tenham menor autonomia nesta etapa.

Em relação à autonomia dos jovens, na etapa “iv) administração do empreendimento” predominou que tanto os rapazes como as moças não opinam. Porém, destaca-se que duas moças (26%) e um rapaz (8%) por serem responsáveis pela agroindústria familiar têm o poder de tomar decisões.

Durante as entrevistas, foi possível perceber que a autonomia dos jovens está diretamente relacionada com a faixa etária. Neste caso, para a tabulação dos dados identificamos a autonomia conforme o número de observações por faixa etária referente às quatro opções estabelecidas (tabela 5). Portanto, como já foi sinalizado 12 jovens tinham entre 15-19 anos e nove tinham entre 20-24 anos.

Desse modo, é nítido percebermos que em relação a todas as etapas de agroindustrialização, jovens entre 15-19 anos opinam menos ou não opinam, com 15 (31%) e 23 (48%) observações, respectivamente. Ao contrário dos jovens que possuem entre 20-24 anos, constatando-se 11 (30%) observações para a opção *decide* e 14 (39%) para *opina mais*. Portanto, é possível verificarmos que jovens entre 15-19 anos têm menor autonomia por serem considerados por seus pais mais imaturos ou menos responsáveis para tomar decisões na agroindústria. Além disso, diante da postura dos pais, percebe-se menor liberdade para expressarem sua opinião ou o que desejariam mudar/modificar na agroindústria. Em decorrência disso, é notável a “falta de voz” e desestímulo dos jovens que abrangem esta faixa etária.

Para Weisheimer (2009), a situação juvenil na agricultura familiar é marcada pela pouca autonomia. Esta situação é mais precária para as jovens mulheres e para os jovens adolescentes devido à condição subalterna dentro do âmbito familiar. Conforme o autor, a autonomia “plena” é conquistada com o fim da juventude, que não é marcada pela idade, mas

pela independência financeira (remuneração pelos serviços prestados), pela saída da casa dos pais e formação de uma nova família. Nos casos estudados, podemos perceber maior autonomia nos jovens que tinham entre 20-24 anos e casados.

Na pesquisa realizada por Brumer, Pandolfo e Coradini (2008a) com jovens filhos de agricultores familiares no Sul do Brasil, os autores também apontam que uma das reivindicações dos jovens é a autonomia em relação aos pais. Nas entrevistas realizadas com jovens em algumas comunidades rurais do estado de Santa Catarina, Aguiar e Stropasolas (2010) sublinham que a “falta de autonomia” pode ser compreendida sob dois aspectos: a) pelo fato dos rapazes ou moças não conseguirem executar seus projetos na propriedade, seja por não dispor de recursos, seja por não ter o apoio da família para executá-los; b) ou ainda pela não participação dos jovens nas tomadas de decisão na unidade familiar.

Remuneração pelo serviço prestado

No que se refere à remuneração dos jovens pelos serviços prestados nas agroindústrias, o que prevalece é a faixa etária, e não o gênero. Durante as entrevistas foi constatado que oito jovens (39%) não são remunerados, ou seja, toda renda obtida é administrada pelo pai (chefe da família). Nestes casos, geralmente os jovens tinham entre 15-19 anos e para pequenos gastos pediam dinheiro a seus pais.

Em seis casos (28%), os pais e os filhos dividem o rendimento, onde geralmente os jovens são parceiros dos pais e também responsáveis pelas agroindústrias. Nestes casos, os jovens têm entre 20-24 anos. Enquanto um rapaz (5%) e três moças (14%) responderam receber uma quantia de dinheiro por semana,

de acordo com a demanda de produtos vendidos. No caso das três moças, as mães eram responsáveis pelas agroindústrias de conservas e panificados, sabendo da importância desta quantia para os eventuais gastos das filhas. Todos os jovens que se enquadram nesta opção têm entre 15-19 anos. E por fim, três jovens (14%) relataram receber um salário fixo por mês pelos serviços prestados na agroindústria.

Por meio dos dados obtidos, foi verificado que geralmente jovens entre 15-19 anos não são remunerados. Embora, quando remunerados recebem determinada quantia por semana para pequenos gastos (escola, lanche, sorveteria etc). Weisheimer (2004, 2009) em sua pesquisa também destaca que a maioria dos jovens, principalmente os adolescentes, só tem acesso ao “resultado” de seu trabalho à medida que pedem para os pais aquilo que necessitam. Ainda conforme o autor, nas situações em que os jovens são valorizados pelo trabalho que realizam, como as parcerias entre pais e filhos ou quando são remunerados pelo trabalho que executam, eles demonstram mais interesse em permanecer no meio rural. Isto foi constatado nesta pesquisa que rapazes e moças que tinham entre 20-24 anos e que geralmente recebiam salário ou dividiam o rendimento com os pais demonstravam interesse em permanecer na propriedade.

Na pesquisa realizada por Aguiar e Stropasolas (2010) em comunidades rurais do estado de Santa Catarina beneficiárias do Projeto Microbacias 2, os autores identificaram a falta de autonomia financeira dos jovens como um dos aspectos que gera conflitos intergeracionais e de gênero entre os membros das famílias. A situação das moças é ainda pior, pois quase sempre se encontram numa condição de total dependência financeira do pai. Ao nos depararmos com a pesquisa, isto pode explicar o fato das três moças receberem uma determinada quantia por semana de suas mães que entendem a condição feminina de suas filhas no meio rural.

Diante destas constatações podemos observar modificações positivas na remuneração dos jovens em relação ao padrão costumeiro na agricultura familiar. Atualmente, o caráter rigidamente hierárquico da organização familiar tradicional parece estar mais brando quanto a este aspecto, principalmente quando se refere aos jovens entre 20-24 anos. Silva e Capelo (2005) salientam que apesar da forma de organização do trabalho na agricultura familiar não equacionar a renda resultante do trabalho coletivo, começa a se observar a tendência do fornecimento de algum tipo de remuneração para os jovens. Isto serve como mecanismo para mantê-los por mais tempo envolvidos no trabalho familiar ou mesmo como resultado da própria pressão exercida pelos filhos dos agricultores que querem acesso às formas individualizadas de remuneração.

Na referida pesquisa, observou-se que esta situação indica que os pais estão valorizando o trabalho dos jovens no estabelecimento e nas agroindústrias, proporcionando, desta maneira, sua independência financeira e o interesse em sucedê-los.

Envolvimento na tomada de decisão

A tomada de decisão geralmente está baseada no bom senso e no conhecimento do agricultor considerando os objetivos que pretende atingir. É desta forma, então, que passa a agir e a gerir seus sistemas de produção conferindo-lhes uma lógica e uma racionalidade própria condicionadas por componentes da tradição, de aprendizado, de infraestrutura, psicológicos, sociais e econômicos. O processo na tomada de decisão torna-se ainda mais complexo, pois envolve tanto o chefe da família, quanto sua esposa, filhos e sucessores. Portanto, na maioria dos casos possui um caráter participativo (DALCIN, 2010).

Nesta perspectiva, para analisarmos a tomada de decisão nas agroindústrias familiares procurou-se identificar todos os membros da família (inclusive os não entrevistados) que participavam deste processo. Para cada uma das quatro etapas estabelecidas buscou-se verificar alguns elementos: “i) produção da matéria-prima”: planejamento das atividades produtivas (época de plantio, colheita, capina etc.); “ii) beneficiamento”: qualidade dos produtos, diversificar linha de produção, adquirir novas máquinas/equipamentos; “iii) comercialização”: canais de distribuição, mecanismos de comercialização, ampliar mercado; “iv) administração do empreendimento”: contato ou busca de novos fornecedores/compradores, controlar e analisar custos, negociar preços, aumentar estrutura física da unidade de produção. Foram previstas respostas múltiplas tabuladas conforme o número de citações correspondentes a cada etapa do processo de agroindustrialização (tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição percentual da autonomia dos jovens entrevistados nas agroindústrias familiares

Etapas	i. Produção da matéria-prima				ii. Beneficiamento				iii. Comercialização				iv. Administração do empreendimento			
	Rapazes		Moças		Rapazes		Moças		Rapazes		Moças		Rapazes		Moças	
	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%
Decide	1	8	1	12	1	8	2	25	2	15	2	25	1	8	2	26
Opina mais	5	38	2	25	6	46	1	12	4	32	2	25	2	15	1	12
Opina menos	4	31	0	0	3	23	2	25	2	15	1	12	3	23	1	12
Não Opina	3	23	5	63	3	23	3	38	5	38	3	38	7	54	4	50
Total	13	100	8	100	13	100	8	100	13	100	8	100	13	100	8	100

De acordo com os dados obtidos, na etapa “i) produção da matéria-prima” o marido predomina no processo de tomada de decisão, com 11 citações (50%). Em seguida, a esposa e o rapaz, ambos com três citações (14%). As moças são as que têm menor

envolvimento na tomada decisão, com apenas duas citações (9%).

Em relação à etapa “ii) beneficiamento”, a disparidade entre o chefe da família (marido) e as moças. Nos casos estudados, o marido obteve oito citações (35%) quanto ao poder na tomada de decisão. Além disso, os rapazes apresentam uma considerável participação na tomada de decisão nesta etapa, com cinco citações (22%).

No que se refere à etapa “iii) comercialização”, ainda predomina o poder na tomada de decisão do marido, com nove citações (37%), e em seguida do casal, com seis citações (25%). É notável também o envolvimento na tomada de decisão dos jovens, o que corresponde a quatro citações (17%) dos rapazes e três citações (13%) das moças.

Já na etapa “iv) administração do empreendimento”, a disparidade na tomada de decisão entre os membros da família é maior. Neste caso, predomina o poder na tomada de decisão do marido o que correspondeu a dez citações (46%), e do casal com seis citações (27%). Os rapazes e moças têm uma participação mínima, ambos com duas citações (9%).

Em suma, ao analisarmos todas as etapas da agroindustrialização constata-se que o maior poder na tomada de decisão ainda está concentrado no chefe da família (marido), e em seguida no casal. Isto foi observado principalmente nas etapas “iii) comercialização” e “iv) administração do empreendimento”. Mello *et al.* (2003) observaram que a esposa (mulher) não participa da tomada de decisão quando trata-se de decisões mais rápidas, mas sim quando tem que tomar decisões de longo prazo. Os filhos geralmente participam na tomada de decisões rápidas (imediatas), pelo fato de serem incorporados nas atividades produtivas desde cedo. Nos casos estudados, apesar do envolvimento de todos os membros da família neste processo, é perceptível que a decisão dos demais

não ameaça o predomínio masculino (marido) na tomada de decisões, sobretudo quando refere-se a questões financeiras. Os depoimentos abaixo ilustram algumas das situações encontradas nos casos estudados.

Na pesquisa realizada por Silvestro *et al.* (2001) a respeito dos impasses sociais relativos à sucessão hereditária em unidades familiares no oeste de Santa Catarina, os autores constataam que as decisões mais importantes sobre os rumos da propriedade são tomadas “pelo conjunto família”, embora ainda seja “o pai quem toma a decisão depois de conversar com toda a família”. Os autores salientam que está havendo maior incorporação dos jovens nos espaços de decisão da família, principalmente dos rapazes, e nas discussões referentes às questões ligadas a gestão da propriedade.

Aguiar e Stropasolas (2010) observaram em sua pesquisa que o envolvimento das moças nos processos de tomadas de decisão é maior, menor ou nulo de acordo com a intensidade de sua participação nas atividades consideradas “produtivas” para a unidade familiar. Dessa forma, quando as filhas encontravam-se envolvidas apenas nas atividades domésticas a participação nos processos decisórios era praticamente nula. Porém, se as jovens também se envolviam na produção de leite, hortaliças ou na comercialização em feiras o envolvimento na tomada de decisões era maior. Este fato também foi verificado nos casos estudados quanto à etapa “iv) administração”, em que o envolvimento na tomada de decisão de duas moças era maior, pois participavam ativamente de todo processo de agroindustrialização.

Para compreendermos melhor esta situação, no próximo item abordaremos como estes aspectos influenciam na decisão dos jovens em partir ou permanecer na propriedade diante da possibilidade de continuar a trabalhar na agroindústria, e de que modo isto interfere na sucessão.

Ficar ou partir? O envolvimento dos jovens nas agroindústrias e as implicações no processo sucessório

A migração dos jovens não deixa de existir apesar da possibilidade de aumentar a renda com as agroindústrias familiares e desfrutar dos dois mundos – rural e urbano – em decorrência da “facilidade” ao acesso e proximidade entre estes espaços. Este fato nos leva a considerar novos fatores nos quais podem estar influenciando na decisão dos jovens entre ficar ou partir do meio rural, além do fator financeiro, como condicionantes ligados à questão cultural atrelados principalmente ao poder patriarcal.

Nos casos estudados, estes condicionantes estão relacionados a pouca autonomia e participação no poder na tomada de decisão, seja na agroindústria, seja no estabelecimento familiar, gerando desmotivação e certa insatisfação principalmente nos jovens adolescentes. Carneiro (1998) refere-se ao poder patriarcal como um propulsor para a saída dos jovens do meio rural. Segundo a autora, ser o chefe do estabelecimento familiar é ter assegurado a condição de proprietário e o pai tenta ao máximo retardar a transferência da posse da terra com o intuito de assegurar a sua autoridade e a garantia de ser cuidado pelo filho sucessor.

Ao perguntarmos aos jovens se tinham vontade de permanecer no campo diante da possibilidade de trabalhar nas agroindústrias familiares, dez (48%) responderam sim, seis (28%) não e cinco (24%) estavam indecisos. É perceptível a influência do recorte faixa etária nesta decisão. Os jovens que tinham entre 15-19 anos geralmente estavam indecisos ou não pretendiam permanecer na propriedade, buscando outros projetos de vida. Entre estes projetos estavam cursar o ensino superior ou ainda trabalhar em um emprego não agrícola no

meio urbano. Os jovens adolescentes têm pretensão de cursar o ensino superior e, portanto, seguir outra profissão que não a de agricultor.

Além disso, constatou-se que geralmente nas agroindústrias familiares não dependentes das atividades sazonais, como as de embutidos e panificados (renda mensal), os jovens estavam mais propensos a permanecer na propriedade. Para Brumer (*apud* SPANEVELLO, 2008, p. 59), a perspectiva de permanência dos jovens nas atividades agrícolas são dependentes de vários fatores, entre eles:

- a) Da viabilidade econômica do empreendimento, através da geração de uma renda considerada adequada pelos futuros agricultores, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas;
- b) Da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado competitivo;
- c) das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas complementares as atividades agrícolas (pluriatividade), por um ou mais membros da família;
- d) das relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias;
- e) das relações de gênero, através das quais existem maiores ou menores oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças nas mesmas;
- f) da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões, assim como da apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade, pelos novos agricultores.

No entanto, os jovens que tinham entre 20-24 anos foram unânimes em responder que pretendiam permanecer no meio rural trabalhando nas agroindústrias familiares e, conseqüentemente, seguir a profissão de seus pais. Em sua pesquisa, Weisheimer (2009) também constatou que a maioria dos jovens com mais de 20 anos exerciam um papel importante na

condução das tarefas produtivas na propriedade de sua família, onde a residência no meio rural era condizente com a efetivação dos projetos profissionais desses jovens como agricultores.

Ao questionarmos os pais e os jovens como estava sendo pensada a transição do processo sucessório na família, nove (47%) responderam que não pensaram a respeito. Embora, a maioria, em dez (53%)¹ casos, respondeu que deverá ser dividida entre os filhos. Quando perguntou-se quais filhos assumiriam, predominaram os rapazes. Cada caso é muito particular, de família para família, pois quando os jovens, geralmente os adolescentes, demonstravam desinteresse a transição não era discutida ou ainda achavam muito cedo para debater esta questão. Em alguns casos, também foi perceptível que mesmo quando os jovens gostariam de dar continuidade nas atividades agrícolas e na própria agroindústria muitas vezes a transição do processo sucessório não era discutida, tornando-se um assunto delicado.

Como apontado por Carneiro (2001), as formas de transmissão do patrimônio de cada família mudam conforme seu contexto histórico, econômico e geográfico, onde o chefe da família acaba escolhendo o filho homem como sucessor. Nos casos estudados, as moças (faixa etária 15-19 anos) demonstraram-se menos interessadas que os rapazes em suceder seus pais. Particularmente em dois casos, no município de São Ludgero, os pais estavam incentivando as filhas a continuarem os estudos, pois já tinham filhos homens dispostos em sucedê-los. Nos estudos de Carneiro (2001) e Stropasolas (2006), esta situação também foi constatada.

Nas famílias em que a transição do processo sucessório estava sendo pensada observou-se que, apesar da relação mais aberta entre pais e filhos, a sucessão de fato será tardia. Paulilo (2004) ressalva que o modelo sucessório no Sul do País é tardio. Para Silvestro *et al.* (2001), é fundamental a família estar preparada

e aberta para saber quem ficará encarregado pela sucessão, quando acontecerá e de que maneira ocorrerá. Porém, na maioria dos casos estudados o “quando” e de que “maneira” a sucessão ocorrerá não são discutidos.

Além do viés de gênero, a variável faixa etária influencia tanto na vontade dos jovens permanecerem no meio rural quanto no desejo em suceder seus pais. Deste modo, a permanência ou saída dos jovens têm implicações direta no processo sucessório, pois determinará a continuidade e reprodução das unidades produtivas. Conforme Stropasolas (2011), o questionamento por parte dos jovens em decorrência de sua condição social marcada pela falta de autonomia e oportunidades de renda acarretam em sua migração e, conseqüentemente, no envelhecimento do meio rural. Nos casos estudados, é perceptível que os jovens entre 15-19 anos, sejam rapazes ou moças, deveriam ter mais incentivo dos seus pais. Aspectos como a autonomia e maior participação na tomada de decisão relativos as atividades agrícolas realizadas no estabelecimento ou mesmo na agroindústria precisam ser consideradas para motivá-los, onde a sucessão deixará de ser um fardo e vista como parte do projeto de vida desses jovens.

Em suma, a implantação das agroindústrias familiares e o trabalho dos jovens nesses empreendimentos não são suficientes, isoladamente, para a permanência deste grupo social no meio rural. Esta decisão está diretamente relacionada e condicionada pelos aspectos analisados nesta pesquisa, sobretudo a satisfação (motivação) dos jovens pelo serviço prestado nas agroindústrias, a remuneração pelo trabalho realizado, a autonomia e o envolvimento na tomada de decisão, entre outros. Porém, ainda há outros fatores que devem ser considerados, como a educação, o acesso ao lazer e cultura, a inclusão digital e a infraestrutura (estradas, transporte, serviços básicos) existente nas comunidades rurais. Tudo isto, de forma integrada, interfere e acarreta implicações diretas no processo

sucessório e, conseqüentemente, na manutenção do tecido social e produtivo das unidades familiares.

Considerações Finais

A pesquisa analisou a participação dos jovens rurais nas atividades desenvolvidas nas agroindústrias familiares no litoral sul catarinense, mais especificamente em alguns municípios da microrregião de Tubarão com base em cinco aspectos: divisão do trabalho por gênero; remuneração; autonomia; grau de satisfação e tomada de decisão. O intuito foi compreender se a diversificação das atividades produtivas, como a implantação das agroindústrias, influencia na permanência e posterior sucessão dos jovens nos estabelecimentos familiares.

Por intermédio da análise dos resultados obtidos, constatou-se que o viés de gênero entre os jovens nas atividades desenvolvidas na agroindústria pode ser percebido principalmente na etapa “i) produção da matéria-prima”, com menor participação das moças, e na etapa “iv) administração do empreendimento”, em que, apesar de haver menor participação dos jovens, as moças estão mais envolvidas. A menor participação dos jovens na etapa “iv) administração do empreendimento” deve-se principalmente à posição de subordinação que ocupam na hierarquia familiar. Além disso, a participação e divisão de tarefas pelos jovens estão diretamente relacionadas a sua aptidão com o trabalho desempenhado por eles nas agroindústrias. Muitas vezes, devido a pouca mão de obra e a demanda de trabalho existente, os jovens têm de participar de etapas que não gostariam de fazer, como na produção da matéria-prima e beneficiamento.

No que diz respeito à remuneração pelo serviço prestado dos jovens nas agroindústrias familiares, o que prevalece é a faixa

etária, e não o gênero. Foi verificado que os jovens adolescentes geralmente não são remunerados, ao contrário dos jovens que tinham entre 20-24 anos. No entanto, pode-se observar modificações positivas quanto a este aspecto em relação ao padrão costumeiro na agricultura familiar. Atualmente, o caráter rigidamente hierárquico da organização familiar tradicional parece estar mais brando quanto a este aspecto, principalmente quando se refere aos jovens entre 20-24 anos. Este fato indica que os pais estão valorizando o trabalho dos jovens no estabelecimento e nas agroindústrias, proporcionando desta maneira sua independência financeira e o interesse em sucedê-los.

Em relação ao grau de satisfação, os rapazes demonstraram estar mais satisfeitos nas etapas “i) produção da matéria-prima” e “ii) beneficiamento” do que as moças. Nas etapas “iii) comercialização” e “iv) administração do empreendimento” ambos estavam satisfeitos. O recorte faixa etária também é evidente, onde os jovens entre 20-24 anos demonstraram estar mais satisfeitos do que os que tinham entre 15-19 anos. Nesta perspectiva, constatou-se que o grau de satisfação dos jovens com as atividades dependem do seu engajamento, estímulo e interesse nas agroindústrias.

Ao focalizarmos no aspecto autonomia também foi possível perceber que está diretamente relacionada à faixa etária. Dessa forma, os jovens adolescentes tinham menor autonomia por serem considerados por seus pais mais imaturos ou menos responsáveis para tomar decisões na agroindústria. Diante da postura dos pais, observou-se menor liberdade para expressarem sua opinião ou o que desejariam mudar/modificar na agroindústria. Foi notável a “falta de voz” e desestímulo dos jovens que abrangem esta faixa etária.

No que tange o envolvimento na tomada de decisão em cada etapa do processo de agroindustrialização foi perceptível a participação de todos os membros da família. No entanto, ainda

há uma concentração do processo decisório no chefe da família (figura paterna).

Ao sintetizarmos todos os aspectos analisados na pesquisa, percebemos que o efeito gerado das agroindústrias sob a permanência e posterior sucessão dos jovens no meio rural é positivo, embora a vontade de permanecer esteja diretamente relacionada à remuneração pelo serviço prestado na agroindústria, ter certa autonomia, envolvimento na tomada de decisão e satisfação com as atividades desenvolvidas no pequeno empreendimento. Este perfil foi evidenciado principalmente nos jovens que tinham entre 20-24 anos. Dessa forma, quanto a permanecer na propriedade, diante da possibilidade de trabalhar nas agroindústrias geralmente, os jovens adolescentes (15-19 anos) estavam indecisos ou não pretendiam permanecer na propriedade, buscando outros projetos de vida, como dar continuidade aos estudos ou trabalhar em um emprego não agrícola na cidade. Ao contrário disso, os jovens entre 20-24 anos pretendem permanecer e suceder seus pais. A transição do processo sucessório está sendo pensada nas famílias, entretanto, como sucessores ainda predominam os rapazes.

Nesta perspectiva, o estudo de caso nos municípios e agroindústrias familiares localizadas no litoral sul catarinense permitiu compreender que somente a implantação das agroindústrias, de forma isolada, não assegura a permanência dos jovens no meio rural e posterior sucessão da unidade produtiva. O efeito gerado das agroindústrias somente torna-se positivo quando os jovens participam ativamente em todas as etapas de agroindustrialização, dispondo efetivamente das condições necessárias para participar e influenciar nas decisões que são tomadas neste processo.

A análise empreendida sobre a participação dos jovens nas agroindústrias familiares e suas implicações na permanência e sucessão não pretende ser conclusiva, mas acreditamos que

possa colaborar para o desenvolvimento e implementação de uma agenda pública local para este grupo, baseando-se em suas reais necessidades. Para que nos seus projetos de vida os jovens passem a considerar a continuidade da agricultura de base familiar, faz-se necessário a intervenção e ação do Estado sobre os fatores externos para viabilizar as políticas públicas, e também sobre os fatores internos, para tornar mais igualitária as relações sociais estabelecidas no bojo familiar. Para isso, as entidades associadas à extensão rural, assim como outras instituições, devem se fazer presentes não apenas nos assuntos vinculados à assistência técnica, ao crédito, comercialização etc., mas também como parte integrante e mediadora de ações que buscam abordar as questões de gênero, geração, juventude e sucessão rural.

Diante destas constatações e pensando em todas as dificuldades que os jovens enfrentam para permanecer e suceder seus pais nas unidades produtivas ou mesmo seguir suas escolhas torna-se necessário refletir: em que medida as políticas públicas implementadas atualmente dão conta das necessidades dos jovens? Como os jovens percebem e avaliam essas políticas? Digo isto como forma de se questionar e refletir sobre a efetividade das estratégias isoladas, muitas vezes conduzidas por instituições junto a este público, como as iniciativas que buscam de forma dissociada disponibilizar aos jovens o crédito rural ou mesmo o acesso à terra. Torna-se urgente e necessário a implementação de um conjunto de ações que englobem de forma articulada, além destas acima referidas, outras dimensões da vida dos jovens, entre as quais as questões de gênero, geração, oportunidades e acesso à educação, lazer, cultura, entre outras, condizentes com as demandas e características peculiares deste grupo social.

Nesse sentido, além das “novas funções” (agroindústrias familiares, turismo rural, artesanato, produção orgânica etc.) demandadas pela sociedade aos agricultores e suas famílias, e que de certa forma possibilita aos jovens continuar em suas unidades

produtivas, é preciso também que estes sejam motivados, com participação ativa na família, nos empreendimentos que agregam valor, nas organizações, nas comunidades e nas escolas. É imprescindível ampliar e qualificar sua participação nos diversos espaços sociais, privados e públicos, nas atividades produtivas ou associativas existentes, e isto deve ser feito quando ainda são crianças. Desse modo, a juventude pode se constituir efetivamente no público protagonista de uma transformação social nos territórios rurais, mas para isso será importante muita ação e esforço coletivo, oportunizando para (e com) esse “ator político” condições dignas no meio rural.

Referências

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: PARRY SCOTT, R. C.; MENEZES, M. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. 1. ed. Florianópolis: Mulheres, 2010. v. 1. p. 1-22.

BONI, V. Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar. In: VII CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, Quito. **Anais...** Quito/Equador, 2006.

_____. **Produtivo ou Reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares – um estudo na região oeste de Santa Catarina**. 2005. 93 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BRUMER, A. A problemática dos jovens na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E.G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 35-51.

_____; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 12, p. 6-17, jan./jun. 2008.

BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C.; CORADINI, L. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores na Região Sul do Brasil. In: 8º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2008.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: _____. CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 53-66.

_____. O ideal rurbarno: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 95-118.

DALCIN, D. **O processo de tomada de decisão em agricultores de Boa Vista das Missões/RS**. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

EPAGRI. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. Programa SC Rural. Agroindústrias familiares geram renda no campo. 2010. Disponível em: <<http://www.microbacias.sc.gov.br/visualizarNoticia.do?entity.noticiaPK.cdNoticia=5080>>. Acesso em: 3 out. 2010.

EPAGRI/CEPA. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA/ CENTRO DE SOCIECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. **As Agroindústrias Rurais da Agricultura Familiar de Santa Catarina**. 2011. 17 p. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago 2011.

LAC/CEPA. **Levantamento Agropecuário Catarinense**. 2002-2003. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Dados_do_LAC/lac_indice.htm>. Acesso em: 20 set. 2010.

MELLO, M. A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Revista Agricultura São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e território**: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. 2003. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente) – Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

_____. Trajetórias das agroindústrias familiares rurais no estado de Santa Catarina (Brasil). In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, Argentina – Mar Del Plata. **Anais...** Mar Del Plata, 2008. p. 1-24.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PETTAN, K. B. Análise comparativa do desempenho da competitividade das agroindústrias familiares no oeste de Santa Catarina em relação ao ambiente institucional. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 667-689, set./dez. 2005.

SILVA, R. N.; CAPELO, M. R. C. Juventude do campo e políticas públicas: algumas reflexões de um texto em construção. **Colloquium Humanarum**, v. 3, n. 1, p. 36-48, 2005.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.;

BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 223 f. Tese (Doutor em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

_____; LAGO, A. Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. In: XLVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Porto Alegre. **Anais...** Rio Branco, 2008.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. 346 p.

_____. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, Paraná, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21–33.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 311 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

_____. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no Bairro Escadinhas, Feliz/RS**. 2004. 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pós-Graduação em Sociologia, IFCH/UFRGS, 2004.

Notas

¹ Mestre em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <clarissa_dq@yahoo.com.br>.

² Pós-doutor em Sociologia da Infância (Universidade do Minho-Portugal), professor Adjunto, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <valmir.stropasolas@ufsc.br>.

³ Mestre em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <paola.rebollar@gmail.com>.